

## MAPA DE RISCO – CREDENCIAMENTO 003/2026

**Objeto:** O presente processo tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para prestação de serviços técnicos profissionais nas áreas de engenharia, em suas diversas modalidades, e arquitetura e urbanismo, para atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste – CIRENOR e dos municípios consorciados, mediante disponibilização de profissionais legalmente habilitados, conforme necessidade da Administração, observadas as condições, exigências técnicas, operacionais, administrativas e de execução estabelecidas no processo administrativo de contratação.

**Fundamentação:** Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no Art. 74, inciso IV, Art. 78, inciso I, e Art. 79, inciso I, que autoriza a Administração Pública a realizar credenciamento de interessados na prestação de serviços com seleção paralela e não excluyente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

A presente Matriz de Risco foi elaborada com a finalidade de identificar, analisar, avaliar e estabelecer medidas preventivas, mitigatórias e de controle relacionadas à futura contratação decorrente do Credenciamento Público para prestação de serviços técnicos especializados nas áreas de engenharia, arquitetura e atividades correlatas no âmbito do Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste – CIRENOR e dos municípios consorciados.

Considerando a natureza técnica, descentralizada, variável e sob demanda da contratação, bem como a possibilidade de atuação simultânea de múltiplos prestadores credenciados, torna-se indispensável o adequado gerenciamento dos riscos administrativos, operacionais, técnicos, jurídicos, documentais, financeiros e contratuais relacionados à execução dos serviços especializados pretendidos.

A presente matriz busca fortalecer o planejamento da contratação, ampliar a segurança administrativa e operacional do credenciamento, reduzir a probabilidade de falhas na execução contratual e estabelecer mecanismos preventivos voltados à adequada gestão das demandas técnicas encaminhadas ao CIRENOR e aos municípios consorciados.

Fase	Risco Identificado	Causa	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	Medidas Preventivas/Mitigatórias	Responsável	Controle/Acompanhamento
Planejamento	Definição insuficiente do objeto	Falhas na elaboração dos documentos técnicos	Contratações inadequadas e insegurança jurídica	Média	Alto	Elaboração detalhada do ETP, TR e Edital com definição clara do objeto e requisitos	CIRENOR	Revisão técnica e jurídica dos documentos
Planejamento	Restrição indevida da competitividade	Exigências excessivas ou desproporcionais	Impugnações, nulidades e	Média	Alto	Revisão criteriosa das exigências de habilitação e qualificação técnica	CIRENOR/Jurídico	Controle jurídico prévio

			redução da competitividade					
Planejamento	Ausência de especialidades técnicas suficientes	Baixa adesão ao credenciamento	Comprometimento do atendimento das demandas	Média	Alto	Divulgação ampla do credenciamento e definição adequada dos requisitos técnicos	CIRENOR	Monitoramento do número de credenciados
Planejamento	Valores estimados incompatíveis com o mercado	Pesquisa de preços inadequada	Desinteresse dos prestadores ou sobrepreço	Média	Alto	Atualização monetária e utilização de referências compatíveis com o mercado	CIRENOR	Conferência da estimativa de preços
Planejamento	Deficiência no gerenciamento das demandas	Ausência de fluxo operacional padronizado	Desorganização administrativa e falhas operacionais	Média	Alto	Implantação de controle formal das solicitações e execuções	CIRENOR	Fiscalização administrativa contínua
Planejamento	Utilização inadequada do credenciamento para demandas incompatíveis com o objeto	Falta de delimitação operacional	Desvio de finalidade contratual	Média	Alto	Delimitação expressa das atividades abrangidas pelo credenciamento	CIRENOR/Jurídico	Controle administrativo prévio
Habilitação	Apresentação de documentação irregular	Falha documental das empresas interessadas	Credenciamento indevido	Média	Alto	Conferência rigorosa da documentação e diligências complementares	Comissão de Credenciamento	Análise documental detalhada
Habilitação	Responsável técnico sem vínculo válido	Documentação inconsistente	Irregularidade técnica da contratação	Média	Alto	Exigência de comprovação formal do vínculo profissional	Comissão/CIRENOR	Conferência documental
Habilitação	Profissional sem habilitação regular	Registro profissional vencido ou irregular	Nulidade de atos técnicos	Baixa	Alto	Verificação de regularidade junto aos Conselhos Profissionais	Comissão/CIRENOR	Conferência periódica
Habilitação	Participação de empresa com conflito de interesses	Participação indevida de servidores ou envolvidos no processo	Risco jurídico e nulidade	Baixa	Alto	Exigência de declarações específicas e análise documental	CIRENOR/Jurídico	Fiscalização administrativa
Habilitação/Execução	Substituição de responsável técnico sem comunicação	Falha administrativa da credenciada	Comprometimento da regularidade técnica da	Média	Alto	Exigência de comunicação prévia e atualização documental obrigatória	Credenciada/CIRENOR	Conferência periódica da equipe técnica vinculada

	prévia ao CIRENOR		execução contratual					
Execução	Recusa injustificada das demandas	Indisponibilidade operacional da credenciada	Atrasos no atendimento aos municípios	Média	Médio	Previsão de redistribuição das demandas entre credenciados	CIRENOR	Controle das solicitações
Execução	Descumprimento dos prazos de manifestação inicial ou atendimento preliminar	Falha operacional da credenciada	Atraso no atendimento das demandas municipais	Média	Alto	Controle formal dos prazos e redistribuição das demandas quando necessário	CIRENOR	Monitoramento contínuo das solicitações
Execução	Atraso na execução dos serviços	Falha operacional ou excesso de demandas	Prejuízo aos municípios consorciados	Média	Alto	Controle de prazos e redistribuição de demandas quando necessário	CIRENOR/Fiscalização	Relatórios e acompanhamento contínuo
Execução	Acúmulo excessivo de demandas para determinada credenciada	Limitação operacional ou distribuição inadequada	Morosidade na execução dos serviços	Média	Médio	Distribuição equilibrada conforme disponibilidade operacional	CIRENOR	Controle administrativo das demandas
Execução	Incompatibilidade entre especialidade técnica e demanda encaminhada	Falha na distribuição das demandas	Execução inadequada dos serviços	Baixa	Alto	Conferência prévia da especialidade técnica antes da autorização	CIRENOR	Validação administrativa da demanda
Execução	Ausência temporária ou desligamento de profissional essencial à execução dos serviços	Alterações internas da credenciada	Paralisação ou atraso das demandas técnicas	Média	Alto	Exigência de manutenção de equipe técnica compatível e possibilidade de redistribuição das demandas	Credenciada/CIRENOR	Controle operacional das demandas
Execução	Execução técnica inadequada	Falta de qualidade técnica	Retrabalho, prejuízo técnico e responsabilização	Média	Alto	Fiscalização técnica e exigência de correções	Fiscalização/CIRENOR	Análise técnica dos documentos
Execução	Documentos técnicos incompletos ou inconsistentes	Falha técnica dos profissionais	Invalidez de pareceres, projetos ou estudos	Média	Alto	Revisão técnica e possibilidade de complementação	Fiscalização Técnica	Conferência técnica contínua

Execução	Emissão de documentos técnicos sem responsabilidade técnica formal	Falha documental ou ausência de ART/RRT quando exigível	Invalidez técnica e responsabilização administrativa	Baixa	Alto	Exigência de ART/RRT e assinatura do responsável técnico	Credenciada/CIRENOR	Conferência documental
Execução	Utilização de profissional diverso daquele informado no credenciamento	Falha operacional ou substituição irregular	Irregularidade técnica da execução	Média	Alto	Fiscalização da equipe executora e exigência de atualização cadastral	CIRENOR/Fiscalização	Conferência dos relatórios técnicos
Execução	Falta de padronização nos documentos técnicos produzidos	Ausência de critérios mínimos de qualidade	Dificuldade de análise e inconsistências técnicas	Média	Médio	Padronização mínima dos relatórios e documentos técnicos	CIRENOR	Revisão técnica dos documentos
Execução	Ausência de controle das horas executadas	Falha administrativa de acompanhamento	Pagamentos indevidos	Média	Alto	Utilização de relatórios detalhados e validação administrativa	CIRENOR	Controle das horas técnicas
Execução	Divergência entre horas autorizadas e horas executadas	Falha operacional ou documental	Pagamentos indevidos	Média	Alto	Controle prévio das autorizações e validação das execuções	CIRENOR/Fiscalização	Conferência administrativa
Execução	Execução parcial sem correspondente ajuste documental	Falha nos relatórios ou medições	Inconsistência nos pagamentos	Média	Médio	Conferência detalhada dos relatórios técnicos	Fiscalização/CIRENOR	Liquidação administrativa rigorosa
Execução	Execução de serviços sem autorização prévia	Falha operacional da credenciada	Pagamentos irregulares e descontrole contratual	Baixa	Alto	Exigência de autorização formal prévia	CIRENOR	Controle administrativo
Execução	Subcontratação irregular	Descumprimento das regras do credenciamento	Prejuízo técnico e contratual	Média	Médio	Vedação expressa e fiscalização contratual	CIRENOR/Fiscalização	Controle da execução
Execução	Descontinuidade dos serviços	Desistência ou inatividade de credenciados	Prejuízo operacional aos municípios	Média	Alto	Existência de múltiplos credenciados aptos	CIRENOR	Redistribuição das demandas
Execução	Dependência excessiva de poucos credenciados ativos	Baixa participação efetiva dos habilitados	Risco de descontinuidade operacional	Média	Médio	Manutenção permanente do credenciamento aberto e incentivo à ampliação do cadastro	CIRENOR	Monitoramento dos credenciados ativos

Execução	Demandas urgentes sem disponibilidade imediata de atendimento	Limitação operacional simultânea dos credenciados	Prejuízo administrativo aos municípios	Média	Alto	Distribuição dinâmica das demandas e controle de disponibilidade operacional	CIRENOR	Gestão operacional contínua
Execução	Utilização inadequada de dados e informações	Falhas de sigilo e proteção de dados	Violação da LGPD	Baixa	Alto	Cláusulas específicas de confidencialidade e LGPD	Credenciada/CIRENOR	Fiscalização contratual
Execução	Perda de rastreabilidade das demandas	Ausência de registros administrativos	Dificuldade de fiscalização e controle	Média	Alto	Controle formal das solicitações, execuções e relatórios	CIRENOR	Monitoramento administrativo
Execução	Fiscalização insuficiente da execução contratual	Falta de acompanhamento técnico	Falhas na execução dos serviços	Média	Alto	Designação de fiscalização administrativa e técnica	CIRENOR	Acompanhamento contínuo
Execução	Atuação dos credenciados como fiscais formais de obras públicas	Interpretação inadequada do objeto contratado	Risco de terceirização irregular de função pública	Baixa	Alto	Delimitação expressa do objeto e vedação de substituição das funções públicas de fiscalização	CIRENOR/Jurídico	Controle contratual
Financeiro	Pagamento por serviços não executados	Falha de conferência administrativa	Dano ao erário	Baixa	Alto	Exigência de relatórios, validação e atesto formal	Fiscalização/CIRENOR	Liquidação rigorosa da despesa
Financeiro	Inconsistência em notas fiscais	Erros documentais	Suspensão de pagamentos e atrasos administrativos	Média	Médio	Conferência documental antes da liquidação	Setor Financeiro	Controle documental
Financeiro	Desequilíbrio econômico dos valores	Defasagem inflacionária	Desinteresse dos prestadores	Média	Médio	Atualização monetária e revisão periódica quando cabível	CIRENOR	Monitoramento contratual
Jurídico	Impugnações e questionamentos administrativos	Divergências interpretativas do edital	Atrasos no processo	Média	Médio	Revisão técnica e jurídica detalhada do processo	Jurídico/CIRENOR	Controle jurídico
Jurídico	Descumprimento da Lei nº 14.133/2021	Falhas procedimentais	Nulidade do procedimento	Baixa	Alto	Revisão jurídica integral do processo	Jurídico	Controle de legalidade
Jurídico	Responsabilização do Consórcio por	Atuação inadequada das empresas	Demandas administrativas e judiciais	Média	Alto	Responsabilização expressa da credenciada e fiscalização contínua	CIRENOR/Jurídico	Controle contratual

	falhas técnicas dos credenciados							
Jurídico	Caracterização indevida de vínculo empregatício	Subordinação inadequada ou habitualidade excessiva	Passivo trabalhista e responsabilização administrativa	Baixa	Alto	Delimitação clara da natureza administrativa do credenciamento	CIRENOR/Jurídico	Fiscalização contratual
Operacional	Sobrecarga administrativa do CIRENOR	Grande volume de demandas	Morosidade administrativa	Média	Médio	Padronização dos fluxos e controles administrativos	CIRENOR	Gestão operacional
Operacional	Falha de comunicação entre municípios e credenciados	Informações incompletas ou desconstruídas	Retrabalho e atrasos	Média	Médio	Centralização das solicitações pelo CIRENOR	CIRENOR	Controle operacional
Operacional	Perda de documentos ou registros	Falha administrativa ou tecnológica	Prejuízo à fiscalização e rastreabilidade	Baixa	Alto	Arquivamento e controle administrativo dos registros	CIRENOR	Controle documental contínuo

## Legenda de Classificação dos Riscos

### Probabilidade

- Baixa: baixa chance de ocorrência durante a execução contratual;
- Média: possibilidade moderada de ocorrência;
- Alta: elevada possibilidade de ocorrência durante a execução contratual.

### Nível de Risco

- Baixo: risco com impacto reduzido e facilmente controlável;
- Médio: risco que demanda acompanhamento e controle contínuo;
- Alto: risco com potencial de causar prejuízos relevantes à execução contratual, exigindo medidas preventivas e mitigatórias prioritárias.

Conclui-se que os riscos identificados no presente processo de contratação podem ser adequadamente prevenidos, controlados, mitigados e gerenciados mediante a adoção dos mecanismos de planejamento, fiscalização, controle administrativo, acompanhamento operacional e gestão contratual previstos nos documentos que compõem o presente processo administrativo.

A classificação dos riscos foi realizada considerando a natureza técnica e especializada da contratação, a forma descentralizada e sob demanda da execução dos serviços, a possibilidade de atuação simultânea de múltiplos credenciados, a complexidade operacional das demandas encaminhadas pelos municípios consorciados e os potenciais impactos administrativos, técnicos, operacionais, financeiros e jurídicos decorrentes da eventual materialização dos eventos identificados.

A adoção das medidas preventivas e mitigatórias previstas na presente matriz permitirá ao Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste – CIRENOR maior segurança jurídica, técnica e administrativa na gestão do credenciamento, assegurando maior eficiência operacional, fortalecimento do controle das demandas técnicas, adequada fiscalização da execução contratual, melhoria na rastreabilidade das atividades executadas e maior capacidade de resposta diante de eventuais intercorrências verificadas durante a execução dos serviços especializados.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida apresenta riscos compatíveis e administrativamente gerenciáveis, mostrando-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, administrativo e jurídico, desde que observadas as medidas de controle, acompanhamento e fiscalização estabelecidas no presente processo de credenciamento.

Sananduva, 26 de maio de 2026.

---

**ULISSES CECCHIN**  
**DIRETOR EXECUTIVO**